

NOTÍCIAS AFRICANAS 63

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 10 A 16 DE JUNHO DE 1994

NESTA EDIÇÃO

- Luanda propõe empregos à Unita 2
- Vivendo com a morte 3-5
- O admirável mundo novo 5-7
- O dia seguinte 7-8
- O auxílio humanitário como arma de guerra 9
- Angola mantém-se em lógica de guerra 9
- Recenseamento até setembro 10
- Um pragmatismo prenhe de esperanças 10
- S. Tomé e Príncipe: zona franca 11
- Palop no fim da escala 11
- Moçambique: acordonovela 12
- Privatizações avançam em Cabo Verde 12
- Moçambique: os pré-candidatos 13
- Angola: política cambial seletiva em 1993 14

ÁFRICA DO SUL

A África do Sul no espaço austral

O inegável peso regional do país e o prestígio pessoal de Nelson Mandela tornaram a África do Sul alvo das atenções na recente reunião da Organização da Unidade Africana (OUA). De fato, existem grandes expectativas em torno do direcionamento da política externa do governo de coalizão comandado por Mandela. Antes mesmo da reunião da OUA, a expectativa já era grande. Em Angola, por exemplo, na data das eleições aconteceram manifestações de júbilo popular, tornando indisfarçável o otimismo com a política externa de uma África do Sul democrática.

Na verdade, mesmo nesse aspecto – da política externa – existe muito do gradualismo característico do processo de transição sul-africano, pois o governo De Klerk já havia deixado para trás a postura tradicionalmente hostil aos regimes de Angola e Moçambique. Apesar do expressivo apoio de empresas sul-africanas, nos últimos meses já era clara a retirada do apoio oficial incondicional à guerrilha promovida pela Unita.

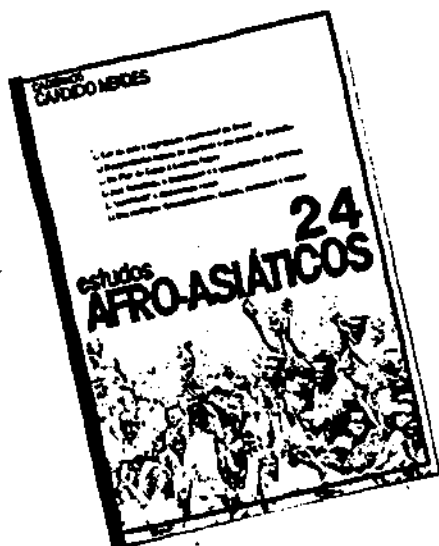
De qualquer maneira, nada se compara ao papel mediador agora reclamado pelo novo governo sul-africano, evidenciado no compromisso assumido publicamente por Mandela de procurar Savimbi para instar um diálogo capaz de devolver a paz

aos angolanos. O próprio exemplo sul-africano, no qual forças políticas historicamente antagônicas completaram com êxito um tortuoso processo de transição, serve de alento para a investida diplomática sul-africana.

Além dos aspectos diplomáticos, existem as próprias afinidades entre as economias dos países da África Austral. Como é sabido, os investimentos sul-africanos na extração de diamantes em Angola são expressivos, assim como a participação de capitais sul-africanos no setor de turismo é uma realidade importante para a economia moçambicana.

No entanto, é necessário salientar que as dificuldades enfrentadas na própria África do Sul podem reduzir a possibilidade de o Estado sul-africano atuar significativamente sobre as economias dos países vizinhos. Recente relatório do Banco Mundial, revelando que após o governo Mandela a dívida social sul-africana estará diminuída em apenas 25%, mostra que o futuro reserva um cenário algo frustrante para os negros simpatizantes do ANC. Com tamanhas dificuldades internas, é temerário imaginar que o atual governo consiga forças para oferecer a ajuda de que os vizinhos tanto necessitam.

Roquinaldo Amaral Ferreira
(Pesquisador do CEAA)



Negociações de Lusaca

Luanda propõe empregos à UNITA

PÚBLICO, 30.5.94

Lúisa Ribeiro*,
em Lusaca

É difícil retratar o estado das negociações de Lusaca, que se arrastam há sete meses. Para obter a prorrogação do mandato da ONU, ambas as partes mostram boa vontade e trocam propostas. Mas a distribuição de cargos não é a partilha do poder e muito menos a resolução da questão do controlo militar do território. A enviada da Lusa faz o ponto das últimas manobras.

O Governo angolano apresentou à mediação das conversações de paz de Lusaca uma proposta de participação da UNITA no aparelho de poder em Angola que excede as suas expectativas, disseram ontem à agência Lusa fontes das conversações. A proposta final do Governo foi remetida ao mediador Alioune Blondin Beye, na sexta-feira de madrugada, depois de reuniões do Conselho da República e do Conselho de Ministros, os últimos passos do processo de consultas internas do Governo.

Um emissário presidencial, o general Manuel Helder Vieira Dias "Kopelipa", deslocou-se no sábado à capital da Zâmbia para um encontro com Beye, a quem en-

tregou uma carta do Presidente José Eduardo dos Santos, disse uma fonte das conversações, sem adiantar pormenores.

Beye chegou ontem a Luanda, para uma reunião com uma delegação norte-americana de uma comissão senatorial para África, a quem irá explicar a actual fase negocial e as suas perspectivas. Por outro lado, o mediador deverá ter um encontro com o Presidente José Eduardo dos Santos.

A proposta do Governo angolano para ser apresentada pela mediação à delegação da UNITA em Lusaca "excede as expectativas". Ela surgiu em vésperas da reunião do Conselho de Segurança, em Nova Iorque, e de uma possível nota crítica do secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, sobre a situação em Angola.

O relatório, na forma não revista, aponta para que a Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem) seja prorrogada na sua actual forma e dimensão por um período de três meses e denuncia a situação "extremamente crítica" da Unavem no plano financeiro, pois tem apenas 17,4 por cento de contribuições pelos Estados-membros em relação ao seu orçamento de funcionamento.

Numa das notas do relatório, Butros-Ghali agradece o envolvimento do Presidente português, Mário Soares, a título de "bons officios" desenvolvidos entre o Governo e a UNITA. "Apesar da lentidão do progresso das conversações de Lusaca, estou convencido de que as questões pendentes relativas à reconciliação nacional poderão ser

resolvidas, caso o Governo e a UNITA as abordem com realismo e a necessária vontade política", disse, em síntese, Butros-Ghali.

A delegação da UNITA, que tem afirmado que nada sabe da proposta governamental, teve no domingo uma reunião de trabalho com o chefe do serviço África do Departamento de Estado, Dennis Hankins, e com o embaixador residente em Lusaca, Roland Kuchel, para esclarecimento das posições em aberto. Os dois observadores, Edmond Dejarnette e Paul Hare, estão presentemente fora da Zâmbia.

Quatro ministérios

A proposta governamental — a ser transmitida pela mediação e não directamente, segundo as normas vigentes — atribui à UNITA, segundo fontes das conversações, quatro ministérios, sete vice-ministérios, sete embaixadas e um conjunto de 140 postos de administração local. Ultrapassa, assim, a proposta da mediação de meados de Março, altura em que o processo paralisou por profundo desentendimento entre as duas delegações acerca desses aspectos da chamada "reconciliação nacional".

[Em declarações à imprensa, em Luanda, Aldemiro da Conceição, porta-voz presidencial, esclareceu: "No âmbito da reconciliação nacional, parece-me inevitável que elementos da UNITA venham a integrar o Governo da República, mas isso não significa uma partilha do poder, até porque eles se terão de reger pelo programa governamental, já aprovado e em plena aplicação."]

O processo foi marcado, nos últimos dias, por avanços e recuos nas conversações, com algumas manifestações contraditórias acerca dos passos a seguir nas negociações e chegando-se a admitir um desaire dos esforços de conciliação das propostas.

Continua em aberto o estatuto do líder da UNITA, um ponto para o qual o Governo apresentou as suas propostas em Janeiro e aquele movimento não deu resposta.

A proposta governamental refere os ministérios da Saúde, Hotelaria e Turismo, Geologia e Minas, Comércio e os vice-ministérios das Obras Públicas, Defesa, Agricultura, Finanças, Reinscrição Social, Comunicação Social e Interior, segundo fonte das negociações.

As embaixadas previstas para a UNITA são as do Canadá, Cabo Verde, Índia, UNESCO, Argélia e Tanzânia. Mantêm-se as propostas dos governos provinciais da Lunda Sul, do Cuando-Cubango e do Uíje e, na administração local, estão previstas 30 administrações municipais, 35 vice-administrações municipais e 75 de nível comunal.

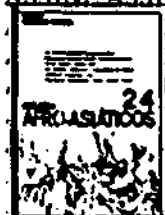
A nível de vice-governos provinciais, a proposta abrange Luanda, Cuanza Sul, Benguela, Bengo, Huíla, Huambo e Bié, incluindo neste pacote as províncias que a UNITA reivindica com o título de governador, invocando os seus resultados eleitorais de 1992.

[Notícias provenientes de Luanda dão, entretanto, conta da intensificação de combates no Cuito.] ■

*enviada da Lusa

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 - WE ASK FOR EXCHANGE.

ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE



Com missionários católicos num "fim de mundo" da Guiné-Bissau

Vivendo com a morte

PÚBLICO, 30.5.94

Cristina Ferreira, em Caió

As crianças morrem doentes na Guiné-Bissau, o quinto país mais pobre do mundo. Uma das maiores taxa de mortalidade e onde a fome não é uma constante. Primeiro, as famílias recorrem ao Irá, que lhes serve como intermediário para chegarem às graças divinas. Só quando as rezas e os sacrifícios já deixaram de fazer sentido procuram a medicina oficial. Muitas vezes em vão. A sida atinge dez por cento da população. O analfabetismo ronda os 64. Tudo números subavaliados.

“É assim que nós trabalhamos. Chamam-nos quando já nada há a fazer”, murmura num instante de abandono a missionária portuguesa. Há mais de 30 anos a viver no continente africano, Aurora, de 65 anos, véu branco na cabeça e calçando ténis americanos, atravessa, sempre a acelerar, o labirinto de palmeiras e de árvores de fruto que cobre a região. Dirige-se, na carrinha de caixa aberta da missão católica, para uma das tabancas de Caió, no interior da Guiné-Bissau. Sabe que vai buscar um bebé em estado de pré-coma, com malária.

Lembra que já viu crianças suspirarem e morrerem, logo de seguida, diante de si. “Talvez tenhamos sorte”, diz baixinho. Os olhos brilham. A família esperou pacientemente durante dias que Irá, o espírito protector, o salvasse. Os sacrifícios, o derrame de vinho de palma e as rezas para afastar os malefícios não surtiram efeito. Só então as crianças da tabanca, de enormes barrigas enfeitadas com “fétiches”, corpos cheios e rostos reluzentes, salpicados de moecas, foram chamar os missionários. Confiam neles. Mas também são os únicos que possuem viaturas.

Onde ainda não há electricidade nem água potável e objectos como a televisão e o telefone são desconhecidos para a maioria da população, de etnia manjaca, predominante na região, chegaram em 1988 sete missionários católicos e espiritanos.

Cinco freiras — duas portuguesas, uma francesa, uma zairense e uma cabo-verdiana —, um padre português e um frade angolano. Vivem no meio das tabancas, separados entre si por três quilómetros de palmeiras, cajueiros, mangueiras, papaieiras e belíssimos poíões, as árvores sagradas.

As crianças gritam e acenam-lhes quando os vêem passar carregando no acelerador. Transportam, na parte traseira das suas Toyotas, as gentes locais, que conduzem através dos bosques.

Morrer perto de casa

Para elas, o dia começa por volta das cinco e meia. Talvez os padres se levantem mais tarde. Com o cantar dos galos rezam as suas orações. Vão à missa pelas sete da manhã. Ao sol da alvorada, os cânticos religiosos misturam-se com o chilrear dos pássaros. Depois é o trabalho. Dão aulas de Português, iniciam as nativas nas artes da costura e percorrem as tabancas vacinando as famílias ou tratando dos doentes.

A catequese é apenas para os jovens que aparecem. Nos intervalos, voltam às casas construídas pela missão, de telhados de chapa para as proteger dos rigores do tempo. O chão é em cimento e as paredes, vazias, lembram oceanos. Então rezam e isolam-se nas austeras capelas. As noites,

passam-nas conversando ou ocupados em pequenos trabalhos. Depois recolhem aos seus quartos para ouvir o noticiário da BBC. Deitam-se sempre cedo. Durante a madrugada ouvem-se hienas gemer como as crianças.

A entrada do modesto centro de saúde situado na praça de Caió, a irmã Aurora ajusta os óculos com aros fora de moda: “O mais grave é que nem sempre há medicamentos.” O centro está a ser pintado há mais de uma semana de rosa e azul-escuro — é talvez o único edifício colorido na zona — para receber a ministra da Saúde da Guiné, que não aparecerá. O enfermeiro Lázaro, um dos poucos mulçumanos que ali vivem, abandona a sua casa, mesmo ao lado, onde a criação, parte integrante da família, se passeia calmamente.

A criança moribunda está ao colo de uma das combassas (mulheres do mesmo marido) da mãe, que a observa, resignada. Para dar sorte. O olhar triste cala a dor. Afinal, é o seu primeiro filho. Pouco mais tempo sobreviverá.

Mais de duas horas para percorrer a estrada poeirenta e em mau estado e eis-nos no coração noroeste da Guiné, bem perto do canal de Jeta. Ali encontramos a minúscula cidade de Cantchungo, com um hospital construído e dirigido por chineses. A distância e a falta de meios de transporte fazem com que raramente o caminho seja percorrido.

Talvez por isso os doentes morram perto de casa. Vêm então os choros. Cerimónias empolgantes, coloridas, onde o fantástico se cola à realidade. A alegria permanece quando o defunto já vai avançado na idade. Mas é a tristeza que se abate sobre as tabancas quando a morte escolhe bater à porta dos mais novos.

Se o corpo está bem...

O produto interno bruto “per capita” ronda os 30 contos na Guiné-Bissau, um dos cinco países mais pobres do mundo. Atrás ficam Moçambique, a Etiópia, a Somália e o Nepal. Com um milhão e seis mil habitantes, apresenta, em conjunto com a Etiópia, uma das taxas de mortalidade mais elevadas (cerca de 23 por cento). Em cada mil crianças com idades entre os

zero e os cinco anos, 132 morrem. Os jovens com menos de 15 anos constituem 40,9 por cento da população. São dados do “Guia do Terceiro Mundo” de Junho de 1993.

No interior da Guiné, o paludismo, as epidemias cíclicas de sarampo, o tétano pré-natal e a gastroenterite são as principais causas da mortalidade. O recurso à medicina tradicional, orientada por curandeiros ou pelos djambacós — homens com poderes invisíveis, faculdades medicinais e capacidade de prever o futuro — impede, nalguns casos, o tratamento oportuno de certas doenças. A falta de higiene, a ausência de proteínas na alimentação, com base no arroz, também não ajudam.

Num país em que abundam os frutos e os imensos arrozais (bolanhas), onde não falta o peixe nas zonas costeiras e nos braços de mar que entram terra dentro, e os animais domésticos, cabras, porcos, galinhas e vacas coabitam com a população, mas para serem sacrificados a Irá, há quem morra de fome. Sobre tudo em Bissau, a capital.

“O que é que nós, missionários, podemos fazer?”, questiona Eduarda, a missionária cabo-verdiana, que já fez 40 anos. Estamos a meio de uma manhã quente, em que apenas o barulho das folhas roçando-se umas nas outras quebra o silêncio. Aguarda há mais de uma hora, com uma calma exasperante, que alguém se aproxime. Ali, onde a noção de perda de tempo não existe, as horas são minutos.

A doença é uma preocupação para os manjacos. “Uliá?” [como está o corpo?], saúda-a uma rapariga quando se lhe dirige. “A yes” [está bom], responde a freira. Se o corpo está bem, tudo está bem...

“Existe um programa de vacinação oficial que privilegia as crianças entre os zero e os quatro anos e as mulheres em idade fértil, entre os 15 e os 45 anos”, conta Eduarda, que deixou o seu país e o posto de enfermeira no hospital central da Cidade da Praia para ir viver para Caió. Preterindo condições de trabalho certamente melhores. “Mas é aqui que eu sou precisa.”

Continua na pág. 4

Continuação
da pág. 3

Vivendo com a morte

O longo processo de evangelização

O frade angolano, Tito, que já dobrou os 30, também enfermeiro, vai anunciando de que estão ali para vacinar as mulheres e as crianças. Chegam, lentamente. Poucos. "Nem sempre as vacinas estão em condições de ser aplicadas", adianta a missionária, pano africano enrolado à cintura. Guarda numa mala frigorífica de piquenique um frasco de vacina, que não poderá ser usada.

"Muitas destas doenças são curáveis. Mas as pessoas recorrem já muito tarde à medicina oficial. Em certos lugares, como em Bissau, os medicamentos são comprados e custam caro. Isto quando não existe ruptura de 'stocks', o que acontece um pouco por todo o lado", explica a cooperante francesa a trabalhar há dois anos em Bissau, no centro de epidemiologia do Hospital 3 de Agosto, atingido com frequência pelos cortes de electricidade diários e sem o apoio de um gerador. E os diagnósticos? "As vezes falham."

"Na capital a cultura étnica é menos intensa e as pessoas procuram mais a ajuda dos técnicos de saúde", acrescenta. Como ultrapassar a situação no interior? "Devia haver uma ligação mais forte entre a medicina tradicional e a oficial. É necessário um trabalho conjunto de enfermeiros, médicos, curandeiros e sacerdotes."

Também a espiritana francesa que dirige a missão feminina de Caió afirma que há que respeitar as tradições africanas: "A evangelização é um processo tão longo..." Com 70 anos, mais de 30 passados na Gâmbia, onde contraiu uma doença reumática, Jacqueline emociona-se quando ouve Moustaki cantar.

"Chegam a morrer metade dos filhos que temos", diz o régulo de Caió, fixando o olhar no gravador à sua frente. Estatura média, olhos cintilantes e uma pequena barba negra, Paulino Gomes, 49 anos, acumula as funções de autoridade religiosa, sacerdote tradicional, com as de chefe da aldeia.

"Morrem porque a alimentação é má. As nossas crianças só comem fruta durante uma época do ano." Mas, reconhece, "também há falta de higiene". Dos hábitos

alimentares, estreitamente ligados aos culturais, não quer faltar. "Para quê?" Os manjacos entre outras etnias, só comem carne por ocasião dos sacrifícios dos animais nas cerimónias religiosas.

Uma só mulher

Quando, para substituir um tio materno, o escolheram como régulo, "o homem mais rico da povoação", Paulino Gomes deixou Bissau acompanhado da mulher com quem vivia. Na capital, exercia funções de chefia nos Correios. Diz ter sido também gerente de uma instituição de crédito.

Pouco depois de chegar a Caió, casou-se segundo os rituais manjacos, uma etnia animista, poligâmica e matriarcal, com oito mulheres. Coabitam todos na mesma casa, de adobe e telhado de colmo. Recusa-se, no entanto, a dizer quantos filhos tem: "Nós não contamos os filhos. É proibido." Porquê? "Não dá sorte!" Mas tem mais de 16. Os três mais velhos estudam em universidades cubanas.

As mulheres estão vedado o direito ao ciúme. "É proibido. Podem ter ciúmes, mas não o podem manifestar", esclarece o régulo. Talvez não o sintam. Há dez anos que vive com uma só mulher. Sempre a mesma. É católico e ensina na escola primária. O pai arranhou-lhe uma rapariga para casar, mas ele não quer. A mulher é que não se importa. Sempre são dois braços para a ajudar nas tarefas domésticas e na agricultura.

Apesar de ser o chefe espiritual, diz que gostava que as "irmãs tivessem mão" no Moisés, um dos filhos, que à noite foge para se embrenhar no mato. "Sabe, quando era miúdo tirei o curso de sacristão", repete de vez em quando. Moisés até não é mau rapaz e frequenta, se bem que com alguma irregularidade, o coro da missão, dirigido pela freira zaireense. Antónia tem 29 anos e, tal como as raparigas da região, usa o cabelo violeta-escuro em tranças minuciosamente trabalhadas.

Paulino Gomes gosta de se passear envolvido num pano colorido aos quadrados, tecido à mão. Nas ruas da tabanca de Bassasse os seus antepassados (os régulos de Caió) são lembrados por figuras esculpidas em madeira implantadas no chão, recobertas pelos ramos das palmei-

ras. É aí que contacta Irá, numa cerimónia misto de profano e sagrado. As manchas ainda frescas de sangue indiciam o sacrifício de animais.

"Não sou capaz de os matar", confessa o régulo, responsável pela realização do ritual. Então? "Delego."

"Às vezes nem me sinto mulher"

E a sida? Endireita-se um pouco na cadeira. Encolhendo os ombros, contrapõe: "O que é que tem?" A poligamia não é um factor de risco? "Não! Então morria toda a gente." Mas admite que as doenças venéreas são um problema.

O vírus HIV2 (mais resistente que o HIV1, manifestando-se mais tardiamente) afecta mais de dez por cento da população guineense. Mas não passa de uma estimativa, que os técnicos consideram irrealista.

"Aqui fazemos o recenseamento das famílias. Tentamos estudar a evolução da doença. Mas tudo fica entre nós", diz Stephanie, uma norte-americana do Programa Nacional de Luta contra a Sida, com sede em Bissau. Integra o Corpo da Paz, uma organização criada por John Kennedy para apoiar os países do Terceiro Mundo. Trabalha no Programa há três anos. Está agora em Caió, onde se justificou a abertura de uma delegação. Uma iniciativa estimulada pela cooperação estrangeira.

"Tenho três mulheres", confessa Lopes Correia, talvez 50 anos, director da escola da tabanca de Tubebe, em Caió. Menos afoito a falas que Paulino Gomes, diz-se católico praticante. Não serão mais de 20 na região. Todos os domingos vai à missa, celebrada em crioulo ou manjaco. Apesar de baptizado e de ter feito a primeira comunhão, não comunga, "por ter três mulheres". Calmo, cabelo cor de ébano, barba grisalha e olhar doce, o professor não gosta de falar destes assuntos. "Quando voltei para aqui, o meu pai arranhou-me estas mulheres."

Incomodado, confessa não poder abandonar os hábitos e cultura da etnia, "senão o chefe da família zanga-se". Por isso, participa também nos rituais religiosos tradicionais. Mas com outro propósito: "Faço-o para conviver." As doenças venéreas, um pouco por toda a Guiné, não o afligem de momento.

É durante o Fanado, a

mais importante cerimónia religiosa, celebrada no mato, durante meses, que os rapazes fazem a sua iniciação sexual. Abrigados dos olhares femininos, só depois de circuncidados os meninos passam a homens. As raparigas têm também a sua festa, noutra local, bem distante, onde lhes é feita a ablação do clitóris. A maioria perde o direito ao prazer sem nunca o ter experimentado. O instrumento utilizado é sempre o mesmo e as infecções reproduzem-se sem controlo. São rituais ancestrais, com que as autoridades sanitárias, impotentes, compactuam.

"Já tentámos mudar estes hábitos, mas foi impossível. Os 'homens grandes' não quiseram", comenta Felisberta, enfermeira, curso tirado há muitos anos em Lisboa. Nasceu em Buba. Olhar sem luz, pálpebras descaídas, esgaravando uma ferida na mão direita, muito negra, diz em tom distraído: "As vezes nem me sinto mulher." E a voz perde-se sabe-se lá onde. Lopes Correia tem vários filhos. "Não deixarei que isto lhes aconteça", garante peremptório.

"É a fé que nos faz estar aqui"

Como Paulino Gomes, o professor pertence ao PAIGC, o partido do Governo, figurando nas listas concorrentes às eleições constituintes de Julho. Pela primeira vez concorrem outros partidos políticos. O acto eleitoral mobilizou já enfermeiros, professores, todos os alfabetizados. Que fizeram o recenseamento da população. As unidades de saúde e as escolas ficaram semanas paralisadas.

Em 1979, noventa por cento da população era analfabeta. A taxa de analfabetismo baixou para 63,7. Apenas 57 por cento dos guineenses frequentam a escola primária e sete por cento o ensino secundário. A taxa de escolarização é uma das mais baixas de África. A Guiné debate-se com os problemas habituais dos países pobres: ausência de material e equipamento básico. Questão determinante para o insucesso escolar.

O ordenado de um professor primário ronda os 150 mil contos, qualquer coisa como

Continua na pág. 5

Joseph Nedhela, Roelof Botha e os planos de reforma económica na África do Sul

O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

JOÃO SEABRA

O acordo conseguido entre as principais organizações políticas da África do Sul constitui um dos principais triunfos para o sucesso do processo de transição, política e económica do país. Se a nível político se constata alguma estabilidade, no plano económico a democracia está por realizar. Esta é a grande aposta dos sul-africanos, que crêem que o país está em condições e tem potencialidades, para se desenvolver em harmonia racial. As críticas, mesmo as mais duras, são bem vindas e nem por um minuto se duvida do sucesso do processo em curso.

PÚBLICO, 30.5.94

Um, Joseph Nedhela, é negro e é conselheiro do ANC para os assuntos económicos. Além disso, é co-presidente da Iniciativa Económica do Transvaal e possui um MBA por uma universidade do Canadá. Tem 39 anos. O outro, Roelof Botha, é branco e foi conselheiro económico do anterior Governo (onde o seu pai, actual ministro da Energia e Minas, ocupava a pasta dos Negócios Estrangeiros), não desdenhando a hipótese de vir a colaborar com o actual Executivo. Hoje em dia é professor de Economia na Rand

Afrikaans University. Tem 40 anos. Dizem-se amigos e defendem os mesmos ideais de um melhor futuro para o seu país, sem manifestar qualquer dúvida no sucesso da transição do poder exclusivamente dos brancos para a mão da maioria negra.

PÚBLICO — Os sul-africanos têm revelado um grande optimismo em relação ao futuro do país. Há razões para tanto optimismo ou a euforia não se justifica?

ROELOF BOTHA (RB)

— Sim...

JOE NEDHELA (JN)

— Estamos optimistas quanto ao futuro do nosso país devido ao facto de termos realizado as eleições da forma que realizámos, sem acidentes,

sem violência. Conseguimos um Governo muito diversificado com pessoas muito diferentes e isso reforça o nosso optimismo. Isso também tem a ver com os consensos gerados entre pessoas com diferentes ideias políticas e ideológicas, de diferentes etnias e culturas, mas que conseguiram chegar a um acordo aceitável para todos.

P. — Mas num país em que menos de 15 por cento da população controla a economia e em que o Governo tem que criar agora oportunidades, sobretudo ao nível económico, para a maioria, não acham que isso pode criar problemas?

R.B. — Isso não é um problema. A África do Sul constitui uma balança de poder única. O ANC não conseguiu os dois terços dos votos, teve mais de 60 por cento dos votos, e há três outros partidos que têm que ser reconhecidos em todo o processo. A Constituição assim o exige. Fora do mundo da política há os empresários — aqui o poder está na mão dos brancos, mas isso vai alterar-se rapidamente —, há grupos religiosos, há outros grupos culturais que também exercem o poder, o que cria uma balança única de poder. Um aspecto interessante é que nenhum partido ou grupo isolado, sejam os zulus, os brancos, os afrikaner, ou outros, pode dominar sozinho todo o processo de transição. Portanto o que é que vamos fazer? Vamos apostar nos princípios da livre empresa e da democracia. Mas há que não esquecer todo o mundo nos

quer ajudar e ainda por cima temos líderes fantásticos...

P. — Conta-se uma história sobre Buthelezi (líder dos Zulu). Ao compará-lo a Khadafi, diz-se que o que os distingue é o facto de se ainda se poder negociar com o dirigente libio...

R.B. — Sim, mas isso era até 20 de Abril, até ele aderir ao processo...

J.N. — Deixe-me dizer o seguinte: nem toda a gente está satisfeita com o processo. Mas basta referir que os dois principais partidos têm mais de 85 por cento dos votos, o que pode levar todos os Buthelezi do mundo a ir embora que nada se altera, desde que se conserve a maioria.

R.B. — Mas não esqueça que ele está comprometido, integra o Governo e que qualquer decisão deste, também o compromete a ele.

Democracia económica

J.N. — Em termos económicos e do controlo da economia, a maioria dos sul-africanos já vive em democracia, agora é preciso que vivam em democracia económica, que nunca houve, o controlo da economia ainda continua na mão de poucos. É preciso compreender que o processo de alteração desta situação exige muito tempo. O que vai acontecer agora é a alteração da caracterização económica, a aceleração do processo para aqueles que nunca participaram na vida económica, atra-

Continuação da pág. 4

Vivendo com a morte

dois mil escudos. Bastante menos que um saco de arroz de 50 quilos, que dá para sustentar durante um mês uma família de quatro pessoas e pode ser adquirido por cerca três mil escudos.

Fátima, de 27 anos, uma das duas missionárias portuguesas, professora primária, dá aulas na escola de Tubebe. Conformada, diz que de um grupo de 33 alunos, muitos com mais de dez anos, apenas seis são raparigas.

As mulheres são o sustentáculo do trabalho nas bolanhas. Um dos "homens grandes" de Caió, um ancião respeitado, explica que as tarefas agrícolas exigem muitos braços. Por isso está reticente em matricular os filhos na escola. A partir dos sete anos as

crianças começam a trabalhar.

Todos os anos cerca de sete mil crianças deixam o sistema educativo e ingressam, sem qualquer qualificação, no mercado de trabalho. Segundo a OIT, 61 por cento das pessoas à procura do primeiro emprego têm entre 15 e 24 anos.

E a evangelização? O padre Mário, responsável pela paróquia de Caió, sorri: "Se fosse fácil, não estaríamos aqui!" Mas, padre, isto é o fim do mundo! Não há chimpanzés... nem há telefones. Num minuto de desalento, os olhos descansam-lhe na batina branca. Depois, ergue os braços, solta uma gargalhada e vira-se para trás antes de entrar em casa: "Sabe, é a nossa fé que nos faz gostar de estar aqui." ■

Continua na pág. 6

Continuação da pág. 5

O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

vés da criação de programas, da adopção de políticas dirigidas... Mas isso é uma coisa que não surge de um dia para outro.

P. — Há muitas experiências, nomeadamente as que se vivem na Europa do Leste, em que as pessoas querem no dia a seguir tudo aquilo que nunca tiveram. Não haverá esse perigo na África do Sul?

R.B. — Tivemos uma revolução até 1990, o processo foi muito lento, houve violência e tudo o mais, mas a transição para a democracia resultou de um acordo negociado e consensual, entre o ANC, o Partido Nacional (PN) e outras forças. Os votos do ANC e do PN juntos totalizam quase 85 por cento e estas duas organizações controlam a política do Governo. Nos últimos quatro anos negociaram entre si e aprenderam a respeitar-se, aprenderam a acreditar uma na outra, escreveram uma Constituição, sem armas e sem balas. Do ponto de vista económico temos o maior tesouro mineral do mundo — ouro, alumínio, ferro, manganésio e tantos outros minerais —, temos tudo, uma infra-estrutura industrial moderna, acesso à finança internacional, um saldo comercial positivo de 20 mil milhões de rands, a mais baixa taxa de inflação em 30 anos...

P. — Mas apesar disso as taxas de juro são elevadas...

R.B. — O índice de preços na produção é de seis por cento, no consumidor é de nove por cento, mais vai cair no final deste ano para os seis por cento. As taxas de juro são, de facto, muito elevadas e o objectivo do Governo é fazê-las cair gradualmente. Estas condições manter-se-ão por mais algum tempo, criando uma situação única; temos reunidos todos os fundamentos económicos, estabilidade política (porque há confiança), trabalhamos juntos, o mundo encoraja-nos...

P. — Acredita no crescimento do investimento estrangeiro?

R.B. — Na bolsa de valores estima-se, na base do crescimento dos últimos seis meses, que se invistam 20 mil milhões de rands (mais de mil milhões de contos) em fundos de investimento, até ao fim do ano. E não estamos a falar no investimento directo

Expectativas controladas

J.N. — É evidente que há grandes expectativas, mas o Governo controla-as...

P. — Mas há o perigo de as defraudar por causa da tal urgência na sua concretização...

J.N. — Os próximos cinco anos serão os tempos de maior confiança no Governo de unidade nacional. Precisamos de lidar com os desajustamentos. O ANC, como a maioria do Governo, apresentou um plano de reconstrução nacional, cujos objectivos são prestar a maior atenção às questões sociais: casas, saúde, educação. É evidente que há fundamentalistas que incutem a ideia de que as coisas têm que ser feitas de um dia para o outro e é evidente que a África do Sul como país e como nação têm elevadas expectativas. Mas os líderes dirigem-se constantemente à nação dizendo que as promessas que fizeram não se cumprirão da noite para o dia. Um dos maiores desafios que o país enfrenta é criar oportunidades de emprego e isso está consubstanciado no programa de obras públicas [Programa de Reconstrução Nacional - PRN] que criará optimismo junto dos desempregados — o desemprego pode criar muita instabilidade, mas o Governo sabe disso e o seu programa responde a essas questões...

P. — É precisa uma taxa de crescimento de 5,6 por cento para conter o desemprego nos actuais níveis, que atinge mais de 15 milhões de pessoas...

J.N. — Sim, é verdade.

P. — Mas é precisa uma taxa mais elevada para absorver os desem-

pregados. Esse objectivo é concretizável?

J.N. — Tem que se clarificar uma coisa desde já: não é possível resolver a questão do desemprego apenas dando trabalho nos serviços públicos. O que se requiere é um programa de investimento em que o desenvolvimento do sector privado seja fomentado a participar na economia e é também preciso que o Governo force as grandes instituições parasitas, que são grandes empregadores, a cumprirem programas que criem empregos...

R.B. — Nos últimos 40 anos apenas uma pequena parte da nossa sociedade, os brancos, tinha acesso completo ao mercado livre. Essa população podia estudar, tinha acesso às universidades, detinha a propriedade, o que não sucedia com a população negra. O que acon-

>> >> teceu nos últimos quatro anos foi a maior experiência mundial de sempre de desregulamentação. Todas as legislações que afastavam os negros das oportunidades económicas foram revogadas. Alguns deles encontrarão emprego nos serviços públicos ou na construção, através dos subsídios que o Governo dará — quer o sector público, quer o sector privado, vão construir milhares de habitações [o PNC prevê mais cerca de um milhão de casas em cinco anos]. As pessoas encontrarão inevitavelmente emprego no sector privado e muitas delas poderão criar os seus próprios empregos porque agora podem avançar com o seu negócio. Se compreender a realidade sul-africana constatará que os negros têm relações muito fortes entre si, tratam-se por irmãos. Enquanto nós falamos em primos, eles são irmãos e irmãs. O que eu quero dizer é que se alguém não encontrar emprego pode dirigir-se a muitas pessoas e pedir assistência temporária. Por outro lado, o custo do desemprego não é tão elevado quanto na Europa, não tem o mesmo impacto que, por exemplo, se hou-

vesse 20 por cento de desempregados em Portugal. Na África do Sul a taxa de desemprego é de 40 por cento.

P. — Quer dizer que o novo Governo toma em consideração essa especificidade cultural?

R.B. — Isso é um ponto de vantagem. Por outro lado, a liberdade para trabalhar, a liberdade para ter um negócio próprio já existe. Há ainda um outro aspecto que se deve salientar: é que a nossa dívida externa em percentagem do produto nacional bruto, é muito baixa. Em 11 anos consecutivos tivemos um excedente comercial, numa média anual de dois mil milhões de dólares (374 milhões de contos) o que deu para pagar a nossa dívida.

P. — Quer dizer que não há dívida externa?

R.B. — O seu rácio em relação ao PNB é o mais baixo do mundo, estando abaixo dos 30 por cento. O que queremos dizer é que na parte económica há excelentes perspectivas, uma inflação baixa, altas taxas de juro (o que quer dizer que podem cair) e um excedente comercial.

P. — Mas há críticas que dizem que Nelson Mandela prometeu mais do o que se podia dar. Isso não constitui um problema?

J.N. — Não é problema nenhum.

R.B. — Vejamos: prometeram-se casas (prevê-se a construção de 1,2 milhões de casas nos próximos anos), mas as pessoas na África do Sul não são estúpidas e sabem que é necessário um processo no qual muitas infra-estruturas públicas serão executadas. É evidente que há pessoas apressadas, mas estão isoladas, os sul-africanos como um grupo sabem que tudo isso demorará tempo. Não há perigo nenhum nisso, desde que se inicie o processo.

P. — O ANC fez uma previsão dos custos do PRN que reviu em alta.

Continua na pág. 7

Mandela enfrenta a realidade fiscal depois das eleições

O DIA SEGUINTE

BOB DROGIN*

Durante a campanha eleitoral, foi fácil a Nelson Mandela fazer promessas. Mas os custos dos compromissos assumidos esbarram agora com limitações no plano fiscal, a não ser que a carga fiscal seja drasticamente aumentada. Uma situação que assusta os investidores privados.

Decorridas duas semanas de euforia pós-eleitoral e algum bem merecido descanso, o Presidente Nelson Mandela e o Governo da nova África do Sul democrática começaram a trabalhar na passada terça-feira. Às 14h15, após uma cerimónia militar nas

ruas da Cidade do Cabo, Mandela fez o seu primeiro discurso de Estado numa sessão plenária do Parlamento multirracial. Apresentou um programa político e legislativo que pretende conduzir à transformação de um país ainda a braços com as desigualdades sociais e financeiras criadas pelo domínio racista.

Mas está ainda por saber o que Mandela conseguirá realizar neste início

PUBLICADO, 20.5.84

de governação. Um rigoroso exame à presente situação talvez seja a tarefa prioritária do Governo de Unidade Nacional — nome oficial dado à frágil coligação multipartidária dominada pelo Congresso Nacional Africano (ANC) de Mandela.

Em suma, a igualdade económica será mais difícil de conseguir que a igualdade política. Três séculos e meio de colonialismo e "apartheid" fizeram surgir aquela que é talvez a sociedade mais desigual do mundo, e pouco mudou desde a contagem de votos.

Os 13 por cento da população branca possuem 86 por cento das terras do país e mais de 90 por cento das suas riquezas. Quase metade dos 30 milhões de negros estão desempregados e são analfabetos; 17 milhões vivem na mais completa miséria. Os brancos ganham, em média, 10 vezes mais do que os negros e possuem computadores e piscinas. Milhões de negros não têm electricidade nem água corrente.

Promessas limitadas

As promessas eleitorais de Mandela de criação de programas de apoio social aos pobres poderão ser contrariadas por severas limitações fiscais. A não ser que viole outro compromisso da campanha — não afugentar os investidores estrangeiros ou os meios de negócios aumentando os impostos ou contraindo empréstimos pesados —, o Presidente terá grande di-

ficuldade em honrar o compromisso.

"O problema é que Mandela prometeu mais do que o novo governo pode dar", afirmou Sampie Terreblanche, economista da Universidade de Stellenbosch, perto do Cabo. Mandela, por exemplo, garantiu repetidas vezes que a tarefa prioritária, quando assumisse funções, seria pôr em prática a plataforma do ANC conhecida como Plano de Reconstrução e Desenvolvimento. Anunciado profusamente durante toda a campanha eleitoral, o plano prometia aos eleitores que o ANC iria construir um milhão de casas, criar 2,5 milhões de empregos através de programas de obras públicas, fornecer escolas decentes e prestar cuidados de saúde infantis gratuitos. Mas nunca ninguém explicou como esse plano seria cumprido, nem quanto custaria.

Quando interrogados, os dirigentes do ANC calcularam o custo em 11,5 mil milhões de dólares ao longo de cinco anos, mas insistiram em que o dinheiro poderia vir de poupanças nos 36 mil milhões de orçamento anual do governo.

Aumento de impostos

Na semana passada, o National Institute for Economic Policy, organismo de investigação do ANC, publicou a sua estimativa: o

Continuação da pág. 6

O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

O primeiro custava 39 mil milhões de randis e agora já se fala em 80 a 90 mil milhões de randis...

J.N. — O ANC fala nesse programa porque o quer concretizar. O ANC compreende que a instabilidade no país pode ser causada pelo desemprego e pela ausência de resposta às solicitações das pessoas. Para avançar é preciso um programa que assegure a realização das necessidades básicas das pessoas. Sejamos francos, acho muito estranho que as pessoas discutam à volta de números... As expectativas têm que existir e isso não é crime, tem que haver um plano. Diga-me qual o Governo no mundo em que os seus dirigentes não fizeram promessas durante a campanha eleitoral? Qual? Os políticos fazem sempre promessas.

Aposta na educação

P. — Uma das questões de que mais se fala é

a aposta na educação. Qual é o principal objectivo neste domínio?

J.N. — É preciso um sistema educacional para que as pessoas sejam empreendedoras e auto-suficientes. Quando se conseguir isso começa-se a incutir uma cultura de independência total onde as pessoas desenvolvem ideais e começam a acreditar nelas próprias. Não se pode desenvolver uma nação se as pessoas forem incapazes de inovar e criar oportunidades para elas próprias. A educação é a prioridade das prioridades.

R.B. — É preciso dizer que, apesar de tudo, o nível de educação dos sul-africanos negros é claramente superior ao de qualquer outro país africano. Por outro lado, temos pessoas altamente qualificadas — o que ajudará ao crescimento económico. A grande aposta tem que ser a educação básica. ■

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 7

O DIA SEGUINTE

plano de redesevolvimento custaria pelo menos 23 mil milhões de dólares, e há perspectivas muito reduzidas de poupanças no orçamento. Embora o primeiro orçamento do novo governo só seja apresentado a 22 de Junho, Terreblanche afirmou que esta última estimativa talvez seja optimista. "Não será fácil obter dividendos do 'apartheid'. Eles terão de aumentar os impostos", declarou.

Os mercados financeiros, que chegaram à mesma conclusão, reagiram quase em pânico ao súbito cenário possível de uma gestão baseada num pesado tributo a aplicar aos ricos. A Bolsa de Joanesburgo viu as suas cotações baixarem drasticamente. E o rande sul-africano caiu para níveis recordes em todas as praças.

"The Star", jornal local de língua inglesa, lamentou-se da pouca credibilidade que as afirmações oficiais suscitam. Como o novo governo ainda não teve tempo de fazer nada, a acusação talvez seja prematura. Mas é indicação de que o estado de graça de Mandela durará pouco. "Os políticos são conhecidos por iludirem a verdade nua e crua, especialmente em tempo de eleições", afirma "The Star". "Mas tergiversar em volta de discrepâncias tão grandes como estas é o caminho mais curto para o desastre".

A reincorporação dos bantustões

Um outro desastre espreita: a reincorporação dos 10 antigos bantustões negros. Segundo a nova Constituição, todos foram formalmente reabsorvidos pela África do Sul no dia das eleições. Isto pôs fim a um sistema cruel, criado pelo "apartheid", em que milhões de negros foram forçados a abandonar as suas casas e terras para serem despejados em terre-

nos invariavelmente desolados, secos e longínquos.

Seis dos bantustões tinham uma autodeterminação formal, mas com subsídios maciços da África do Sul. Os outros quatro eram nominalmente independentes, embora dependessem da mesma maneira dos dirigentes brancos que conceberam esta ficção. A única constante foi a terrível pobreza rural de milhões de negros e a corrupção generalizada dos seus chefes.

Em consequência disso, John Kane-Berman, director do South African Institute of Race Relations, afirma que a reincorporação dos ex-bantustões e dos seus 14 milhões de residentes pode ser tão problemática como a unificação das duas Alemanhas, depois da queda do muro de Berlim. "A nossa experiência será muito semelhante, ou pior que na Alemanha", declarou. "Partimos do princípio que podíamos reincorporar-nos com custos moderados. Mas vai custar uma fortuna louca."

"Quando o governo deslocou as pessoas à força e as largou nos bantustões, não construiu casas para as abrigar nem as pôs em hotéis", acrescentou. "Largou-nas simplesmente, e por isso as carências habitacionais e outras são muito mais graves do que, por exemplo, no Soweto."

Poupanças mínimas

Embora possam ser eliminadas infra-estruturas governamentais duplicadas, depois de consolidados os diversos sectores, por exemplo, as poupanças serão mínimas. Veja-se o caso da educação. O ANC prometeu igualizar os gastos com estudantes negros e brancos. Neste momento gasta-se cerca de três vezes mais com cada estudante branco do que com cada estudante negro, segundo números

oficiais do governo.

Mas Kane-Berman afirmou que a disparidade real é muito maior se incluirmos as crianças dos bantustões — que não entram nas estimativas do governo. Calcula ele que vivem cerca de 70 por cento das crianças negras nas zonas tribais, e o que se gasta com elas é menos de metade do que se gasta com os estudantes negros no resto da África do Sul.

Segundo este cálculo, só para atribuir às crianças do campo nos ex-bantustões as mesmas quantias que se gastam hoje com a educação banto nas "townships" urbanas como Soweto, seria preciso acrescentar mais de oito mil milhões de dólares ao orçamento.

Por outras palavras, disse ele, "pôr essas crianças negras ao nível das crianças do Soweto custará muito mais do que pôr as crianças do Soweto ao nível do que se gasta com os estudantes brancos".

Função pública onerosa

O ANC também deu garantias de emprego e pensões a pelo menos 450 mil funcionários públicos nos ex-bantustões. Dispõe-se igualmente a aumentá-lhes os salários para os nivelar com os dos 750 mil funcionários públicos sul-

africanos. Este compromisso desempenhou um papel fundamental na eleição, porque deu origem às greves de funcionários públicos no Bofutatswana e no Ciskei, em protesto contra os dirigentes que se propunham boicotar as eleições e desafiar o novo governo. A agitação acabou por provocar a queda dos dois regimes. No entanto, honrar a promessa do ANC significará um encargo muito oneroso.

Acrescente-se a isto a proposta de uma comissão de subsidiar largamente as viagens dos membros do Parlamento e outros dirigentes do governo, assim como a promessa de incorporar milhares de ex-guerrilheiros do braço armado do ANC e outros exércitos rebeldes nas forças de defesa nacionais, e as despesas atingirão níveis elevadíssimos.

"Mesmo antes de Nelson Mandela abrir a boca, já temos um governo que aumentou praticamente em 50 por cento os encargos com salários", disse Tom Lodge, especialista em ciências políticas. "Não é um bom começo para um governo que quer aplicar medidas de austeridade fiscal, aumentar os gastos sociais e atrair investimentos estrangeiros." ■

* EXCLUSIVO

PÚBLICO/LOS ANGELES TIMES/WASHINGTON POST
TRADUÇÃO DE ANA BARRADAS

ONU avisa Luanda e UNITA

PÚBLICO, 26 94

O CONSELHO de Segurança prorrogou ontem o mandato da Unavem (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola) apenas mais um mês. Os 15 países membros deste organismo deploraram na reunião de ontem a retoma das actividades militares entre o Governo e a UNITA, exigindo de novo às duas partes a suspensão das hostilidades que põem em perigo nomeadamente o auxílio humanitário às populações. Os conselheiros condicionaram as suas futuras decisões e o empenho efectivamente demonstrado pelos beligerantes no diálogo que decorre há seis meses e meio em Lusaca, capital da Zâmbia, para acabar com 20 anos de guerra, mas ambos mantinham-se ontem acantonados e irredutíveis nas suas posições. A ajuda do Programa Alimentar Mundial continuou ontem suspensa por causa do prosseguimento dos combates em Cuito e Malanje e em alguns pontos das províncias do Cuanza Sul, Benguela e Moxico. ■

Angola no Conselho de Segurança da ONU

O auxílio humanitário como arma de guerra

PÚBLICO, 1.6.94

SEIS MESES e meio sobre o início das conversações de Lusaca, o povo angolano continua refém das prioridades militares que, para além da retoma dos bombardeamentos, tomaram de assalto o próprio auxílio humanitário como arma de guerra.

Centenas de milhares de pessoas continuam ontem à espera que Governo e UNITA cessassem os ataques às posições do outro, permitindo a retoma dos voos de auxílio. Estes foram suspensos por causa dos bombardeamentos de Malanje, pela UNITA, e do Huambo, pela aviação governamental, neste caso confirmados por fontes independentes.

O número de angolanos dependentes do auxílio do Programa Alimentar Mundial e de outras organizações ascende a dois milhões de pessoas, vítimas da desorganização da economia e do afundamento do mercado cerealífero devido aos anos de guerra. Desde 1975, recordava ontem Marie Sanz, da AFP, Angola só conheceu 17 meses de paz, aqueles que se seguiram à assinatura, há três anos, em Maio de 1991, dos acordos de Bicesse.

As expectativas avançadas

por observadores políticos em Luanda apontam para o agravamento dos confrontos nos próximos dias, como no Cuíto, Malanje e Huambo, aqui com a equipa do Comité Internacional da Cruz Vermelha, envolvida numa das maiores operações humanitárias que já lançou em África mas impedida de acudir, em paz, às carências da população.

As bombas continuaram ontem a cair sobre o Huambo pelo segundo dia consecutivo, causando novas vítimas, disse o porta-voz da UNITA à agência Lusa. Na véspera, mataram e feriram pelo menos 60 pessoas. Mas, segundo Jorge Valentim, os alvos foram agora os bairros académicos e as residências de Jonas Savimbi e até a sua.

Preocupados, em Lusaca, com os aspectos da "reconciliação nacional", os negociadores estão a avançar pouco ou nada. O diálogo está praticamente emperrado desde há uma semana por causa de questões de "metodologia". Como não há acordo sobre ela, não pode haver discussão. E enquanto não há discussão, os delegados das duas repre-

sentações vão e vêm a Luanda e ao Huambo, para consultas, ou acusam-se mutuamente de "inflexibilidade", como o fizeram ontem Jorge Valentim e o general Higinio Carneiro, da delegação governamental, em entrevistas separadas à Reuter.

O porta-voz da UNITA disse no entanto que "depois do protesto" de segunda-feira, em que a delegação rebelde se recusou a participar, por causa dos ataques ao Huambo, nos encontros previstos para Lusaca, a UNITA está novamente disposta a dialogar. Mas o diálogo estava ontem dependente de duas coisas: de "contactos", de manhã, com a mediação, e da existência de uma "agenda", que ainda não havia.

Para analisar todo o processo negocial, o Conselho de Segurança tinha previsto para ontem à noite uma reunião, no fim da qual se aguardava uma nova resolução sobre Angola, segundo a Lusa com 13 pontos e um intróito, reafirmando a vontade da ONU em preservar a unidade e a integridade do país e sublinhando a "importância" da

"aplicação integral" dos acordos de paz de Bicesse.

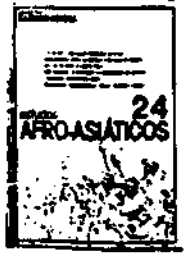
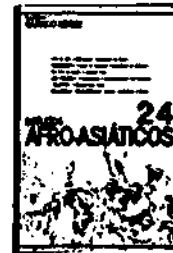
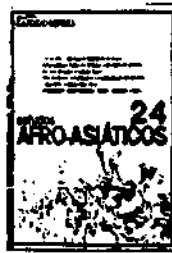
A prorrogação do mandato da Unavem (Missão de Verificação da ONU em Angola) até ao dia 30 de Junho e a possibilidade de uma nova prorrogação, caso as partes dêem provas de vontade política, era uma das medidas esperadas do encontro de Nova Iorque. Mas, caso o Governo e a UNITA não obtenham nos próximos 30 dias num acordo de paz, a contar de hoje, apesar dos esforços do enviado especial da ONU, Alioune Blondin Beye, as Nações Unidas poderão reexaminar o seu papel em Angola.

Nenhuma sanção era esperada da ONU contra a UNITA, apesar de Luanda ter denunciado várias vezes o abastecimento da organização, em material militar e combustíveis, por parte do Zaire. Mas o projecto refere que a ONU está pronta a "estudar em qualquer momento a tomada de novas disposições, seja para adoptar as medidas suplementares em causa [contra a UNITA] seja para rever as que estão em vigor", conforme aconselhará o secretário-geral Butros Butros-Ghali no relatório que fica obrigado a fazer. ■

Mandela admite Volkstaat

PÚBLICO, 3.6.94

O PRESIDENTE sul-africano, Nelson Mandela, admitiu ontem pela primeira vez desde que tomou posse a possibilidade de os afrikaners efectuarem um referendo sobre se na verdade querem um Estado próprio, um Volkstaat, que preserve a sua cultura de raiz holandesa, francesa e alemã. Num entrevista à agência Reuter, o Presidente disse que fará o que a maioria da comunidade afrikaner desejar, mas, até agora, uma grande parte dos três milhões de cidadãos desse grupo considera irrealista a reivindicação de um Volkstaat, feita pelos elementos mais conservadores. ■



Angola mantém-se em lógica de guerra

PÚBLICO, 3.6.94

PELO MENOS 280 pessoas foram mortas na cidade do Cuíto, capital da província do Bié, durante a última semana, em combates entre as Forças Armadas e elementos da UNITA, anunciou ontem a Rádio Nacional de Angola.

Por seu turno, a emissora privada luandense Lac também falou de uma intensificação da luta no Cuíto, cidade do Planalto Central onde os dois principais partidos angolanos se enfrentam há mais de 15 meses.

A lógica da vida em Angola continua a ser a guerra, apesar das esperanças que muitos têm levantado de que durante este mês de Junho venha a ser possível rubricar em Lusaca um acordo de paz, após sete meses de bem difíceis conversações.

As Nações Unidas estavam dispostas a enviar para o terreno dez mil "capacetes azuis", mas só se fosse assinado o cessar-fogo; e um alto funcionário da organização disse esta semana ao PÚBLICO não acreditar que isso se verifique durante os próximos 15 dias.

Há três semanas que as duas delegações negociais angolanas presentes em Lusaca desde Novembro do ano passado estão a marcar passo na questão do futuro estatuto da Voz da Resistência do Gato Negro (Vorgan), depois da qual há ainda mais algumas a resolver até se conseguir a tão falada "reconciliação nacional". Por isso mesmo, custa a acreditar que por todo o corrente mês seja possível assi-

nar qualquer acordo global de paz. A questão de Angola eterniza-se e o bom exemplo dado em Maio pela África do Sul, com a formação de um governo ANC/Partido Nacional/Inkatha, não parece ser facilmente seguido.

Portugueses mortos

Dois cidadãos portugueses morreram esta semana, no município de Lucapa, província da Lunda-Norte, em consequência de um ataque atribuído por fontes policiais angolanas aos soldados da UNITA.

As mesmas fontes, citadas pela agência Lusa, identificaram as vítimas como Alberto José Pires Jacinto, de 49 anos,

e Acácio Sequeira, de 47, o primeiro técnico de electrónica e o segundo encarregado de estradas, ambos trabalhadores cooperantes da Sociedade Mineira do Lucapa.

A morte dos dois cooperantes ocorreu quando ambos se deslocavam para a localidade de Calonda, onde residiam. E foi mais um episódio da guerra nas Lundas, a região diamantífera do Nordeste de Angola que faz fronteira com o Zaire.

Ainda ontem, o "Jornal de Angola" reproduziu afirmações do embaixador do seu país na ONU, Afonso Van-Dunem, "M'Binda", segundo as quais o regime do marechal Mobutu estaria a apoiar as forças que combatem as autoridades instaladas em Luanda. ■

Moçambique vai às urnas em Outubro

Recenseamento até Setembro

PÚBLICO, 3.6.94

O RECENSEAMENTO eleitoral que nesta semana começou em Moçambique, para as presidenciais e legislativas do fim de Outubro, vai em alguns casos ser prorrogado até 9 de Setembro, para atender deslocados e desmobilizados que não tiverem acesso aos postos do censo dentro do período inicialmente previsto, e que é de 1 de Junho a 15 de Agosto.

O Presidente da República, Joaquim Chissano, recenseou-se na quarta-feira na escola secundária Josina Machel, cujo nome evoca o da segunda mulher do anterior chefe de Estado, Samora Moisés Machel, morta durante os tempos da luta armada pela independência, finalmente alcançada em 1975.

Aquele é um dos 92 postos de recenseamento que estão a funcionar na capital, Maputo, mas na próxima semana abrem mais 21, a fim de satisfazer um universo eleitoral de muitas centenas de milhares de habitantes, de entre

os mais de oito milhões de moçambicanos em idade de votar que há em todo o país.

O canal estatal Televisão de Moçambique (TVM) noticiou que na província de Sofala, onde se situa a cidade da Beira, no Centro do território, o censo só começou no dia marcado em cinco dos 13 distritos, devido a problemas logísticos.

Obrigatório para todos os cidadãos que completem 18 anos até 27 de Outubro, data do início da votação, que deverá decorrer durante dois dias, o recenseamento ainda não foi aberto a cerca de um milhão de potenciais eleitores residentes no estrangeiro. A Renamo e outros partidos da oposição manifestaram-se contra a participação dos emigrantes, alegando que as representações diplomáticas moçambicanas não oferecem condições de imparcialidade que permitam a sua utilização como assembleias de voto.

As divergências entre a Renamo e o governo sobre o voto dos emigrantes não lograram ser resolvidas quando da elaboração da Lei Eleitoral e foram remetidas à Comissão Nacional de Eleições, para posterior arbitragem.

Dificuldades de circulação

A maior dificuldade neste processo será o transporte e apoio logístico para os oito mil elementos que vão efectuar o censo, num país nove vezes maior que Portugal e privado pela guerra das mais elementares infra-estruturas.

Os observadores internacionais concordam que o atraso de um mês na desmobilização das tropas do governo e as reticências da Renamo em abrir à livre circulação muitas zonas sob seu controlo não deixarão de influenciar negativamente o recenseamento.

Ignorando os repetidos pro-

testos do governo, da oposição não-armada e da Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumuz), o partido de Afonso Dhlakama tem mantido sob estrito controlo o acesso às suas áreas tanto de comerciantes como de funcionários da administração estatal.

A polícia só começa agora a operar nas zonas da Renamo, segundo anunciou o ministro John Kachamila, representante do governo na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) dos acordos de paz.

A actividade da polícia moçambicana será controlada em tais áreas por elementos da polícia das Nações Unidas, em resposta a solicitações de Dhlakama, que iniciou na segunda-feira uma visita de duas semanas aos Estados Unidos, durante a qual espera encontrar-se com o secretário de Estado, Warren Christopher. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

África do Sul um mês após a eleição de Mandela

Um pragmatismo prenhe de esperanças

PÚBLICO, 5.6.94

A INDÚSTRIA sul-africana de armamento tenciona duplicar no próximo ano as suas exportações, o ministro da Justiça prepara um projecto de amnistia que deverá conduzir à libertação de elementos da extrema-direita branca e o Presidente Mandela continua a não fechar por completo a porta à ideia de um referendo em que os afrikanners digam se na verdade desejam um território autónomo.

Todos estes factos demonstram, um mês após o conhecimento dos resultados das eleições legislativas na África do Sul e a escolha de Nelson Mandela para a Presidência da República, que a vitória do ANC nas urnas não significou nenhuma revolução e que a vida no país está a seguir o seu curso normal.

Durante os anos em que os sul-africanos estiveram sujeitos a um boicote internacional, por terem em vigor um regime segregacionista, chamado apartheid, desenvolveram uma forte indústria de armamento centrada na empresa estatal Armscor, que dá trabalho a 80 mil pessoas.

Agora que as sanções foram levantadas e que o grande capital se prepara para investir em grande no mais rico país africa-

no, a Armscor, outrora vista pelo ANC como um dos instrumentos do regime opressor, recebeu o beneplácito de Mandela para expandir as suas actividades.

No Ruanda, no Iraque, na Argentina, em Marrocos e no Zaire têm sido desde há anos usadas armas "made in South Africa", bem como na Líbia e na Somália. E em breve elas poderão ser um instrumento corrente no Reino Unido e em outros países democráticos, num perfeito sinal dos novos tempos.

Depois de ter conseguido um bom entendimento com o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, de haver conseguido convencer o Inkatha a ir às urnas e de lhe entregar alguns ministérios, Nelson Mandela não quer de forma alguma desagradar ao establishment industrial-militar nem atizar o ódio da extrema-direita branca.

Um espírito conciliador

Por isso mesmo, o Presidente saído das antigas fileiras revolucionárias preferiu adoptar uma atitude sim-

plemente reformista, namorar o general Constand Viljoen, chefe de fila dos militares que defendem um Volkstaat e permitir que o ministério da Justiça prepare uma amnistia susceptível de beneficiar uns quantos extremistas brancos.

Mandela vai esta semana a Tunes, para a cimeira anual da Organização de Unidade Africana (OUA), depois de já haver estado em Harare na conferência em que a velha Linha da Frente se transformou numa espécie de Conselho da África Austral, para dar cobertura política à integração económica regional.

A maioria negra da África do Sul já está representada na chefia do Estado e no Parlamento, mas os brancos que até há pouco detinham o monopólio do poder nada têm por enquanto a recear quanto à radical transformação do seu nível de vida.

O Governo de Unidade Nacional constituído pelo ANC, o Partido Nacional e o Inkatha prometeu reduzir o défice orçamental, manter a disciplina financeira que tem vindo a ser imposta pelo ministro Derek Keys — uma das caras que representa uma certa continuidade entre a anterior administração e a

actual — e não aumentar de imediato os impostos.

Os empresários e os economistas estão satisfeitos com as primeiras semanas da administração Mandela e há quem tenha levantado até a hipótese de se aumentar o número de horas de laboração de certas empresas, criando turnos, como forma de se combater o desemprego e de se aumentarem as exportações.

Senhora de poderosos recursos naturais e de uma vasta mão-de-obra, a África do Sul, uma vez libertada dos conflitos raciais e tribais que desde há séculos a têm marcado, apresenta todas as condições para se transformar num país em claro desenvolvimento, contrariando assim a tendência geral que se tem verificado no continente a que pertence.

Um Governo representativo do querer expresso nas urnas por mais de 92 por cento da população poderá ser a fórmula mágica para salvar o país da maldição a que a maioria da África parece condenada. ■ J. H.

S.Tomé e Príncipe: zona franca

INFORMÁFRICA, MAIO/1994

O TRATAMENTO que o Executivo tem vindo a dar ao projecto de instalação da zona franca em STP, cujo promotor é o francês Jean-François Dubost, da Tage Financial Company Ltd., continua a criar um crescente mal-estar no seio dos círculos que apoiam «sem reservas» a iniciativa, nomeadamente a Presidência da República.

Trovoada e seus colaboradores não escondem o seu aborrecimento por o Governo do PCD estar a «desperdiçar uma oportunidade impar» de subtrair dividendos com vista a debelar alguns males económicos e sociais de que enferma a sociedade santomense.

As dificuldades que o Governo tem vindo a criar em torno do projecto transmitem, para observadores na capital do país, a sensação de que o Presidente da República (PR) terá benefícios pessoais caso se instale a zona franca da Tage Financial Company.

Apercebendo-se desta tendência, que em certa medida desacredita a sua imagem, Trovoada não perde uma oportunidade para explicar com factos o aparecimento do projecto.

O começo

Tudo começou quando, num périplo pela região central de África, personalidades francesas ligadas ao mundo dos negócios e que mantêm desde os anos de exílio, em Paris, uma amizade pessoal com Miguel Trovoada, telefonaram ao chefe de Estado.

Começa por explicar o próprio PR, num recente encontro com jornalistas nacionais. Estando perto de STP e tendo uma aeronave própria, o PR convidou-os a passar algumas horas no país e, em gesto de cortesia, ofereceu no Palácio do Morro (Trindade) um jantar em que estiveram presentes o presidente da Assembleia Nacional, Leonel D'Alva, e o então primeiro-ministro, Daniel Dafo. Ao longo do jantar surgiram as conversas, as histórias, e o tema «zona franca» entrou na roda.

Dafo gostou do «papo» e manifestou o interesse do seu Governo ser «brindado» com um projecto dessa natureza, nascendo assim o tão polémico projecto nas mãos de Jean-François Dubost.

Após a recepção da proposta, o Governo santomense rubricou, em Dez de 1992, um protocolo com a Tage Financial Company, em que se manifestava animado com o dossier e assumiu o compromisso de trabalhar em algumas legislações relativas ao assunto.

Cria-se então, através de um decreto do Conselho de Ministros, o Gabinete de Implantação da Zona Franca, coordenado pelo jurista Filinto Costa Alegre.

Fazem parte igualmente do Gabinete, a directora de Estatística, Maria das Neves, o empresário «pró-governamental» João Gomes, Patrice Trovoada, em representação da Presidência da República, e Tony Aguiar (irmão do secretário de Estado do Trabalho e Administração Territorial).

Mas nem por isso o Gabinete

«viabilizou», como era de esperar, uma decisão mais rápida por parte das autoridades governamentais. Meados de Julho, 15 de Setembro, finais de 1993 ou Janeiro último foram os vários prazos fixados pelo Governo para o promotor receber uma resposta definitiva, mas tudo está em aberto.

Dubost zangado

Jean-François Dubost está aborrecido com a falta de seriedade por parte da equipa do primeiro-ministro Norberto Costa Alegre, e Trovoada jurou não usar a sua influência junto dos seus «amigos» em prol de projectos para STP porque os dirigentes do PCD o comprometem com as suas ambições pessoais.

Das actividades do Gabinete pouco ou nada se sabe. O mesmo promoveu há algum tempo um seminário sobre zonas francas, Filinto Costa Alegre proferiu uma palestra também sobre o mesmo tema no hotel Miramar, sob iniciativa do Rotary Clube STP, e nunca mais se ouviu falar dessa estrutura.

No entanto, o relatório do Governo referente a 1993 faz uma brava alusão ao assunto.

O documento, a que tivemos acesso, diz textualmente o seguinte: «Foi criado um Gabinete para a Implantação e Desenvolvimento de Zonas Francas, que se debruçou sobre a análise do dossier proposto por um promotor. Atendendo à complexidade do assunto, o referido Gabinete solicitou a assistência técnica do ONUCED, que deu um parecer desfavorável sobre o dossier e propôs algumas alterações de fundo, o que permitiu ao Gabinete submeter uma nova proposta ao referido promotor».

O adiamento de uma decisão final não está a ser bem recebido pelas empresas ligadas ao «negócio», que reclamam nesse tipo de actividade capacidade jurídica e tomada rápida e eficiente de decisões.

Há informações de que este projecto de instalação de zona franca poderá ser adaptado para a Guiné Equatorial, se as autoridades governamentais não agirem com cautela nos próximos meses.

O «contrato de concessão» remetido ao Governo fornece diversas vantagens comparativas para o país,

do ponto de vista social e económico.

52 milhões

A Tage Financial Company promete montar infra-estruturas no valor de 52 milhões de dólares aproximadamente, e construir um porto de águas profundas, provavelmente na Lagoa Azul (região norte), avaliado em mais de 20 milhões de dólares. Tencionam empregar cerca de dois mil trabalhadores, e Jean-François Dubost afirmou que este projecto vai ajudar no desenvolvimento de STP. «No mundo de hoje a economia é mundial: ou estamos no jogo ou estamos fora do jogo. É uma realidade para todos nós. Estados, empresas ou cidadãos», sublinhou.

A oposição também reagiu à forma como o Executivo tem tratado o dossier. Carlos Graça, líder do MLSTP/PSD, afirmou que este é um projecto de bastante importância para a vida económica e social do país, que poderá não ser implementado devido à luta de «interesses pessoais» que os dirigentes do partido no poder movem contra o Presidente Trovoada.

PALOP NO FIM DA ESCALA

Angola e Moçambique surgem no relatório do PNUD como dois dos oito países com crises mais graves onde a falta de desenvolvimento é uma constante ameaça à segurança. No caso de Moçambique, há mesmo um alerta: se abrandarem os apoios ao processo de paz, a guerra poderá recomeçar. Os restantes países em risco são o Afeganistão, o Haiti, o Iraque, Myanmar (ex-Birmânia), o Sudão e o Zaire.

Todos os países africanos de expressão oficial portuguesa são classificados no relatório como tendo um «baixo índice de desenvolvimento humano», embora com diferenças consideráveis. Cabo Verde surge em 122º lugar (num total de 173 países), com um índice de desenvolvimento de 0,47, contra um máximo de 0,93 do Canadá. Segue-se São Tomé, com um valor muito próximo e apenas seis lugares abaixo, a enorme distância de Angola (com um índice de escassos 0,27 e já em 155 lugar).

Ainda pior classificados surgem Moçambique (159º) e a Guiné-Bissau (164º), com índices de desenvolvimento de respectivamente 0,25 e 0,22, contra um mínimo de 0,19 da Guiné (o país com menor desenvolvimento do mundo).

Em relação a Angola, o texto do PNUD alerta para o facto de este ano a fome ter atingido três milhões dos dez milhões de habitantes do país. O índice de produção alimentar nacional caiu de uma base cem na década de 80 para escassos 76 por cento actualmente. Em 1990, a comida disponível representava apenas 80 por cento das calorias necessárias à alimentação humana.

Dois terços da população angolana vive hoje abaixo da linha de pobreza e à falta de ali-

mentos soma-se uma inflação anual da ordem dos 90 por cento entre 1980 e 1991. Um quadro agravado pelas violações dos direitos humanos, pelos conflitos étnicos e pela guerra retomada em 1993 (e que continua a absorver anualmente 20 por cento da riqueza nacional, canalizada para despesas militares). Por cada médico, existem no país 200 militares.

Em Moçambique o quadro consegue ser ainda pior e os peritos da ONU consideram que, sem reforçados apoios ao processo de paz, os custos humanos «serão enormes». Também aqui, a produção alimentar nacional por habitante caiu 23 por cento entre 1980 e 1991 e actualmente a alimentação disponível representa apenas 77 por cento das calorias indispensáveis à alimentação humana. Isto apesar da excelente colheita de 1992, que veio minorar a fome.

Em 1991 o produto «per capita» rondava os 80 dólares (1200 escudos por mês) e não deixou de se reduzir ao ritmo de um por cento ao ano desde a década de 80. A inflação média anual andou pelos 38 por cento na última década e cerca de 60 por cento da população vive abaixo da linha de pobreza.

Em consequência da guerra que assolou o país desde 1976 até 1992, quatro milhões dos 16 milhões de moçambicanos abandonaram os seus lares, estando deslocados, e pelo menos 1,7 milhões estão ainda refugiados noutros Estados. Num país tão pobre, as importações de armas atingiram 425 milhões de dólares (75 milhões de contos) entre 1983 e 1992. Uma despesa militar «per capita» de 27 dólares (quase cinco mil escudos), ou seja, mais de um quarto do produto. ■

PÚBLICO, 6 6 94

Moçambique: acordonovela

INFORMÁFRICA, MAIO/1994

TODOS os telespectadores o sabem: por muito boa que seja uma telenovela, chega sempre o momento em que a acção se torna repetitiva, mesmo previsível, e os personagens menos interessantes, algo sensaborões.

É, normalmente, a fase em que o nosso cansaço é paralelo ao esgotamento da imaginação dos autores.

Isto porque uma telenovela obedece a um plano inicial que vai sendo adaptado e «esticado» de acordo com os índices de audiência e outros interesses a que o espectador é de todo alheio.

Epodesuocer — sucede mesmo — que esta fase prepare a seguinte, a da metamorfose/renovação, último fôlego que, por sua vez, antecede o grande final, sempre tão atabalhoado quanto «feliz».

Tudo morno

O Acordo de Paz para Moçambique atravessa, também ele, a fase crítica em que nada de novo parece suceder, em que a ideia de base já quase não conta, destacando-se os protagonistas em incidentes ou repetidos ou já incoerentes.

A indiferença começa a apor-sar-se dos espectadores, seguros afinal de que tudo vai terminar em bem — ganha o «bom» e perdem os «maus» ou, sabe-se lá, casam todos uns com os outros e são muito felizes, com muitos filhos pelo meio.

Mas os episódios vão continuar (pelo menos) até Outubro, sobre isso ninguém tenha dúvidas. Por muito «chato» que tal se afigure.

Assim, neste último mês tudo se passou de modo algo morno. Dum lado, os «autores» do «acordono-vela» (a ONU, a comunidade internacional) a querer controlar os acontecimentos, do outro os «actores» (Governo, Renamo e os secundários) a improvisar aqui e ali, sem brilho, sem entusiasmo.

A «acção» (o caminho para as eleições) centrou-se em três campos: acantonamento, desmobilização e exército único. Lateralmente, as questões das duas administrações e do governo de unidade nacional vieram lançar uma ou outra dúvida sobre o desenlace final, como é da praxe, mas sempre de modo muito superficial.

Confusões de números

O principal episódio acabou por se dar na ONU, quando o Conselho de Segurança deliberou sobre a continuação reduzida da missão da ONUMOZ (até Novembro, mas com menos 2000 soldados e mais 1000 polícias). Isto é, nada que não se esperasse.

No terreno as discrepâncias entre os números do Governo e os números da ONU, no que se refere aos acantonados, mantiveram-se. O Governo insiste em que acantonou já 61638, a ONU regista menos 12000.

O Governo esclarece: são aqueles que, segundo o Acordo, acantonam nos locais de trabalho (hospitais, estados-maiores, etc.). Mas a ONU pressiona: até 1 de Junho (data do início do recenseamento eleitoral) temos de fechar o ciclo do acantonamento. A

Renamo aceita, o Governo quer 1 de Julho. To be continued.

Confusões de listas

No que se refere à desmobilização, é a Renamo que é acusada de imobilidade. Responde Dhlakama, estranhando que a ONU não desmobilize os 2500 homens numa lista já entregue há que tempos.

Mas foi o Governo que tomou a iniciativa mais espectacular (...) deste período ao suspender unilateralmente a desmobilização, até que se resolvam algumas questões «técnicas» (listas trocadas). É a proposta da ONU para a data-limite da desmobilização — 15 de Julho — (que a Renamo aceitou) o Governo respondeu com mais um mês — 15 de Agosto.

Para já (meio do mês de Maio), podem contabilizar-se (com as reservas habituais) 1585 desmobilizados da Renamo (de uma lista de 2459) e 12240 do Governo (duma lista de 17593).

Para reanimar um pouco o clássico «suspense», Chissano deu a sua contribuição pessoal.

Depois de ouvir as queixas da população do Dómué (Tete) contra as intimidações de homens armados da Renamo na zona, visitou um acantonamento próximo (Ulongué) e aconselhou os seus homens a permanecer nos acantonamentos (a não desmobilizar) porque podia haver necessidade de proteger as populações locais...

Ninguém parece ter reagido e tudo indica que foi um daqueles «improvisos» sem continuidade nem impacto.

Exército «meio novo»

Mais tensa parece ser a questão do exército único. No Acordo estabeleceu-se que se formassem 30000 militares. Com os atrasos, parecia ter ficado assente, o mês passado, que às eleições chegaria um exército de 15000 apenas.

O Conselho de Segurança, no entanto, exige «o maior número possível» (que tanto pode ser mais como menos do que 15000...).

O seu representante em Moçambique foi «flexibilizando» a exigência. E surgiu com uma proposta interessante e coincidente com certas tendências recentes (ver nossa edição do mês passado). Agora, Aiello diz que, seja como for, só há planos de formação (só há dinheiro) para 15000 até Outubro.

O remédio é, segundo ele, desmobilizar os outros 15000 (mais 15000 desempregados não contam num mar tão imenso como é o mar do desemprego moçambicano) e, logo a seguir às eleições, recrutar 15000, novos e virgens de vícios da guerra.

É a meia-solução para um exército que, além de único, seria meio-novo. Tudo indica pois que Aiello está a receber informações pouco favoráveis sobre os elementos que estão a ser treinados e antevê uma «tropa fandanga», se não pior do que isso.

Até agora, só os portugueses estão a cumprir com os planos, formando comandos uns atrás dos outros.

Continua na pág. 13

Privatizações avançam em Cabo Verde

INFORMÁFRICA, MAIO/1994

As empresas consideradas prioritárias no processo de privatizações a efectuar em Cabo Verde foram anunciadas pelo ministro da Coordenação.

Na lista constam já a Cabetur — Sociedade cabo-verdeana de Turismo, a SITA — Sociedade Industrial de Tintas, a CVC — Sociedade de Construções de Cabo Verde, a Macsobil — Macsobil de Cabo Verde e a Moave — Moagem de Cabo Verde.

A medidas enquadram-se na política das autoridades para desenvolver o seu sector exportador atraindo paralelamente o investimento estrangeiro.

Numa análise do Grupo BFE, Cabo Verde tem justificado, desde a sua independência, a confiança dos meios económicos e financeiros internacionais, devido a uma orientação da política económica prudente.

As relações comerciais de Portugal com Cabo Verde «têm sido as melhores» e atingiram um patamar estável, conferindo a Portugal uma posição de principal fornecedor. Em 1992, Cabo Verde continuou a ser o segundo parceiro comercial de Portugal no conjunto dos países lusófonos africanos, com 7,6 milhões de contos de exportações e 300 mil de importações.

O êxito da presença de Portugal na Feira Internacional de Cabo Verde confirma a importância deste envolvimento. Contudo, face à dimensão e ao perfil das necessidades de importações cabo-verdeanas, será difícil esperar uma expansão das correntes comerciais entre os dois países, podendo considerar-se meritória a manutenção do nível actual.

Existem, porém, outras possibilidades para intensifi-

car este relacionamento e que constituem um desafio a uma maior presença das empresas portuguesas em Cabo Verde: o investimento. Não só pelo interesse manifestado pelas autoridades cabo-verdeanas em atrair investimento estrangeiro, como pelo facto de Portugal se encontrar apostado num processo de internacionalização das suas empresas (apetrechando-se com instrumentos de apoio adequados, de que o PAIEP constituiu um bom exemplo). Estão assim reunidas as condições para que o relacionamento de Portugal com Cabo Verde entre numa nova etapa.

No entanto, dever-se-á ter presente que, embora Cabo Verde disponha de recursos humanos abundantes, os recursos naturais são escassos — designadamente de água potável e fontes energéticas convencionais — pelo que se impõe, na fase actual do seu

desenvolvimento, escolhas criteriosas de combinações produtivas e definição de prioridades a favor das indústrias e empreendimentos de trabalho-intensivo.

As tecnologias a seleccionar terão de ter um grau de complexidade que não impeça o seu domínio pelo país, e suficientemente em conta para que, dentro de determinados limites, possam ser difundidas.

Assim, deverão ser privilegiados investidores de países que possam fornecer padrões tecnológicos intermédios, idênticos aos oferecidos pelas empresas portuguesas.

Como já se referiu, tem-se assistido ultimamente a um reforço do interesse das autoridades da Cabo Verde em atrair investimento estrangeiro, designadamente com vista à criação de sector exportador significativo e o processo de privatização em curso neste

país possibilitará oportunidades acrescidas à participação de capitais estrangeiros. Pode-se considerar que se encontram reunidas as condições para confirmar a vontade política das autoridades cabo-verdeanas e testar o interesse real dos potenciais investidores estrangeiros, entre os quais os portugueses. A protecção conferida ao investimento estrangeiro pela legislação vigente em Cabo Verde é adequada e, no que toca a Portugal, foi reforçada por um Acordo de Protecção Mútua de Investimentos.

Apesar de ser membro do FMI, e das dificuldades por que tem passado, Cabo Verde nunca esteve sujeito a políticas de ajustamento económico do FMI/IM, em virtude de ter vindo a implementar os ajustamentos necessários, o que lhe tem merecido reconhecimento favorável por parte daquelas instituições.

Moçambique: os pré-candidatos

Em período de pré-campanha eleitoral, as linhas de estratégia começam a definir-se. Curiosamente, a posição mais agressiva vem de Chissano.

Sinal de insegurança? Dhlakama, pelo seu lado, destaca-se por um «low profile» a revelar cautelas não menos surpreendentes. Mas tudo isto pode ser apenas resultado de um jogo de provocações que ambos não controlam.

Chissano eufórico e agressivo

O Presidente Chissano começou (ver edição anterior) pelo Sul. Foi «um sucesso»: no XaiXai teve 25000 pessoas a ouvi-lo durante 4 horas. E, note-se, é preciso muito boa vontade para ouvir Chissano

durante tanto tempo...

Depois, chegou a altura de ir a campo «inimigo»: Beira, «covil da Renamo», como lhe chamam na Frelimo. Três mil pessoas no aeroporto foi considerado o melhor possível. Mas, no comício, os amargos de boca começaram. A Renamo usou de um processo muito simples: disticos exigiam saber da responsabilidade de mortos como Joana Simeão e Uria Simango, mas também Samora Machel e Eduardo Mondlane... Chissano não respondeu e comentou apenas a jornalistas que eram «provocações».

Ao povo presente Chissano teve de explicar o mais difícil: a alta constante de preços. Isto é, se o «socialismo» era complicado de entender, o «mercado» continua um doloroso mis-

tério para a maioria. E Chissano cometeu a primeira grande gaffe de candidato.

Depois da lição sobre os mecanismos capitalistas da subida dos preços, perguntou: «Compreenderam?»

O silêncio pesado foi a resposta. «Entenderam, mas não aceitam», comentou o Presidente. E acrescentou: «É como uma criança que, mesmo sabendo que a mãe não tem nada para lhe dar, não pára de chorar.» Desde os tempos coloniais que o povo moçambicano não via ser-lhe passado um tal atestado de menoridade por um alto dirigente. Foi a prova «provada» das dificuldades de Chissano em contornar dificuldades de comunicação com os seus eleitores. Se fosse nos EUA, ou Chissano pedia desculpas publicamente, ou dava o lugar a outro candidato. Em Moçambique, todos «compreenderam»...

Em Changare (Tete), o ritual parece ter sido mais tradicional: houve até ofertas de dinheiro à Frelimo (o Presidente passou o tempo a negar que ali estivesse em campanha partidária, que só ali ia como Chefe de Estado, mas ninguém acreditou) e muitas fotos dos presidentes do partido, dos mortos e do vivo.

Um «slogan» impôs-se: «Renovação na maturidade» Inspiração luso-marcelista? Nem isso. A verdade é que esta viagem do Presidente foi acompanhada por elementos da Voxpopuli, brasileiros encarregados da sua campanha.

Em Tete, foi a euforia. Dez mil pessoas (outros falam em 6000) ouviram Chissano atacar a «democracia» da destruição: respondia assim a disticos que rezavam «Vivam os lutadores pela democracia», obviamente referindo-se à Renamo. Chissano não resistiu à provocação e respondeu à letra: «Por toda esta destruição que paira no país devia pagar um senhor que está a passear na praia de Maputo e não o Governo.»

Dhlakama deve ter sentido as orelhas a arder. O distico provocador foi «enrolado» e desappareceu.

Em Domué foram 10000 ouvir o Presidente-candidato. Mas o máximo foi atingido em Ulongue (Angónia) onde estiveram 14000 apoiantes: alguns

domiram no campo de futebol, Chissano foi transportado aos ombros (desde o governador colonial Baltazar de Sousa que tal não se via), e anciãos locais vestiram-no com os trajes tradicionais dos Angonis.

Dhlakama diplomata

O outro candidato maior, Dhlakama, fazia pré-campanha também, mas fora do país. Em Portugal, onde passou sem deixar marca, pediu ajudas, ouviu promessas e deu entrevistas, monocórdicas e repetitivas.

À agressividade de Chissano, o líder da Renamo responde agora com declarações defensivas, moderadas, cordatas. O «governo de unidade nacional» não é bem recebido por Chissano?

Então Dhlakama aceita, explicando entretanto que o GUN iria evitar «uma campanha violenta», porque, com ele, «as pessoas [os políticos, claro] sabem que não vão ser esquecidas [nas partilhas, é óbvio] mesmo que percam». Acaba por ser um aviso para Chissano ter em conta.

Dhlakama já explicou até como deve ser a troca: «Não vale a pena atacar agora os marxismos-leninismos», diz, implicitamente convidando o Presidente e a Frelimo a esquecer igualmente os massacres, as destruições, etc.

E o líder da Renamo tem habilidades curiosas e que lhe trarão frutos, certamente: ao ser-lhe perguntado porque não fora convidado para a posse de Mandela, respondeu que isso não tinha importância porque estava lá o Presidente Chissano que representa todos os moçambicanos...

Não há FUMO sem fogos

Aquele que é considerado «o terceiro homem», Domingos Arouca, sofreu um choque de que terá dificuldades em se recompor: um seu lugar-tenente (ex-protégido, ex-delfim, enfim...), de seu nome Carlos Jaque, jovem advogado que abandonou recentemente o partido FUMO por desentendimento com o seu (ex-amigo) Arouca, declarou a vontade em se candidatar à presidência.

E não hesitou em fazer valer a sua juventude, destruindo, talvez de modo definitivo, as pretensões

Continuação da pág. 12

Privatizações avançam em Cabo Verde

Os ingleses e franceses (mais dentro das intenções da ONU, porque as comandam) já disseram que não há uma libra ou um franco mais para além do previsto para os 15000.

O que pode soar estranho, pois é, frontalmente, contra o Acordo de Roma. E até já se ouvem vozes a reclamar um exército de apenas 7500, porque a situação sul-africana veio demonstrar que a África Austral é zona de paz...

O principal continua a ser o dinheiro. Isto é, a sua falta. É a comunidade internacional a fazer valer o seu peso e a pressionar por uma solução rápida.

O general Tobias Dai, do Estado-Maior, foi obrigado a proclamar que o Governo vai dar o dinheiro (donde o vai tirar ninguém sabe). Uma semana depois, os instrutores formados no Zimbabwe faziam greve («suspensão» lhe chamou o comando militar) por falta de pagamento de salários...

A única «peça» agitadora — mas que também foi recebida com a indiferença do cansaço —, neste período, veio, curiosamente, do personagem mais belicoso dos «episódios» anteriores, o general Mateus, uma das cabeças do exército único (pela Renamo). Perante as evidentes dificuldades dos (seus?) candidatos a oficiais no exército único — um comentarista considerou «uma lástima» o recente «curso de liderança» — o general admite que não é forçoso que a oficialidade seja consti-

tuida pelo mesmo número de militares de ambas as partes. Mais uma vez, a reacção a esta afirmação surpreendente foi nula.

Integração territorial, um logro

Entretanto, a situação das duas administrações decorre em paralelo e sem grandes alterações. A Renamo continua a afirmar, pela voz do líder, que as suas zonas estão abertas a todos, enquanto no terreno há governadores que se queixam de tudo estar exactamente na mesma.

Um deles, conhecido pelo antagonismo com a Renamo, chegou mesmo a pôr em dúvida se de facto existe alguma administração da Renamo. Mais uma declaração, tão arguta como provocadora, mas sem consequências.

Os assessores (elementos da Renamo aceites pelo Governo para, junto dos governadores provinciais, realizarem a integração gradual da administração da Renamo na administração do Estado) são agora acusados de usarem os meios que o Governo lhes concedeu (carros, ajudas de custo, etc.) para fazerem as suas viagens de campanha política ou até de negócios. Quanto a integração, nem sombras.

Obviamente, a surpresa só acontece a quem andou distraído este tempo todo ou não acompanhou a «história» desde o princípio.

Sigaile Muyendze

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 13

MOÇAMBIQUE: OS PRÉ-CANDIDATOS

do «velho» candidato a ser o escolhido por uma coligação da oposição não armada (em preparação).

CNE em apuros

Mas a pré-campanha pode revelar-se demasiado precoce se as eleições sofrerem algum atraso. Até agora, a Comissão Nacional de Eleições (CNE), apesar de reconhecer «atrasos dramáticos», recusa-se a adiamentos.

O material de recenseamento já chegou, está a ser distribuído, os fundos estão prometidos. Mas as comissões não estão completas: os partidos não têm dinheiro (para se deslocar, a CNE também não se dispõe a dá-lo).

E as acusações de corrupção começaram já: «diz-se» que a CNE está a querer carros de luxo, etc. Uma coisa parece certa e é confirmada pela própria direcção da CNE: os lugares nas comissões estão a ser encarados como benesses e não como responsabilidades. A CNE teve de explicar que não tinham sido criados para resolver problemas de desemprego.

Por outro lado, os elementos da Renamopressionam para que lhes dêem lugares de direcção, criticando a exclusividade dada a gente nomeada pelo Governo (o que está expresso no Acordo de Roma).

A questão, é reconhecido na própria CNE, roda mais à volta dos subsídios iminentes aos cargos do que ao controlo partidário... Espera-se que estas discussões «materiais» não perturbem o andamento do processo eleitoral.

Mas, por outro lado, continua a ser muito problemática a questão da tolerância ou intolerância depois das eleições.

O mini-exemplo duma recente eleição numa Escola Industrial de Maputo não é bom sintoma: os alunos cometeram «actos de vandalismo» contra dois professores do júri porque a Miss Xiluva eleita não era da sua turma...

S.M.

Angola: política cambial selectiva em 1993

APRESENTA-SE aqui uma descrição a respeito do valor de câmbio da moeda angolana (o Novo Kwana - NKZ) na cidade de Luanda. Os dados respeitantes ao mercado livre foram recolhidos pelo autor em vários locais da cidade, enquanto que os relativos aos demais mercados de câmbio foram facultados pela Direcção de Estudos e Estatística do Banco Nacional de Angola.

O valor da moeda angolana é estabelecido em função da sua relação com o dólar americano. A escolha dessa moeda deveu-se ao facto de se tratar da moeda estrangeira mais movimentada em Angola, sendo mesmo aquela que em consequência da constante desvalorização do NKZ, é utilizada para fixação de preços em muitos locais de venda de bens e serviços em Luanda.

Os dados aqui apresentados dizem respeito ao valor de compra de dólares americanos.

Por outras palavras, é o valor em NKZ que é preciso pagar para se obter um dólar americano (e não o seu inverso) que é aqui tido em conta para se estabelecer o valor da moeda angolana, o que visa facilitar a explicação. Por esse motivo, quanto maior o valor em NKZ indicado, menor o valor da moeda.

Três mercados

Durante o ano de 1993, a política cambial adoptada pelo Estado angolano previu a existência de três mercados de câmbio, designadamente dois mercados oficiais (o oficial propriamente dito e o flutuante) e o mercado livre.

Ao mercado oficial propriamente dito tiveram acesso organismos do Estado e empresas públicas com dotações do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Houve entretanto outras entidades e pessoas físicas que tiveram acesso a este mercado de câmbio, não havendo infelizmente dados disponíveis sobre o assunto. Neste mercado de câmbio, as taxas foram fixadas administrativamente, não se tendo tomado público os critérios que nortearam essa fixação.

O valor da moeda no mercado oficial de divisas foi sempre o mais alto, situan-

do-se em média oito vezes acima do seu valor no mercado livre durante o ano de 1993. A 31/12 desse ano, a um dólar americano correspondia a quantia de NKZ 6.435,64. Quem teve acesso a este mercado de câmbio, beneficiou de um subsídio médio correspondente a 87,5 cêntimos de cada dólar americano posto ao seu dispor em 1993.

Ao mercado flutuante (o segundo dos mercados oficiais) tinham inicialmente acesso empresas licenciadas - privadas, estatais e mistas. A partir de Junho de 1993, o acesso ao mercado de taxas flutuantes foi alargado a cidadãos que se deslocassem ao estrangeiro por razões de saúde ou por outros motivos. Ele existiu como segundo mercado oficial de câmbio durante oito dos 12 meses do ano de 1993. No último dia do ano, NKZ 34.155,00 equivaliam a um dólar americano.

Uma decisão governamental estabeleceu que o Estado poria à disposição desse mercado a quantia de quatro milhões de dólares americanos por mês. A verdade é que de Junho e Dezembro, o Estado disponibilizou para este mercado de câmbio a quantia total de 22.625.000 dólares americanos, correspondentes a uma média de 3.232.143 dólares por mês (inferior ao valor estabelecido em 19,2%).

O mercado de taxas flutuantes foi criado para atender a uma segunda classe de agentes económicos, os quais importaram bens a uma taxa de câmbio inferior à real, vendendo-os depois à população em moeda nacional, segundo a taxa livre de mercado. Durante os oito meses do ano de 1993 em que existiu o mercado de câmbio de taxas flutuantes, o Estado subsidiou (em média) 42,4 cêntimos de cada dólar americano posto ao dispor dessa classe.

O mercado livre

O último dos três mercados de câmbio, o mercado livre ou mercado paralelo, foi o único que não estabeleceu critérios de acesso. Qualquer cidadão ou entidade pôde trocar de moeda onde o quisesse fazer - mesmo na rua. A primeira casa de câmbio luandense abriu as suas portas em Setembro de 1993. Os bancos de Luanda, por seu turno, foram autorizados

a trocar moeda a taxas livres de mercado apenas em Dezembro desse ano, tendo tais operações iniciado apenas no mês seguinte.

Entrou-se em 1993 com uma relação de 6.800 NKZ para um dólar americano.

Apesar de se estimar para esse ano uma taxa de desvalorização da ordem dos 780%, ela foi no entanto de 1.418%, tendo um dólar americano sido comprado no último dia do ano por 105 mil NKZ.

Que razões estiveram na base de tão elevado incremento da taxa de desvalorização do NKZ? A análise estatística permite concluir que os acontecimentos de natureza política não exerceram influência digna de registo na variação do valor da moeda.

Já as medidas de natureza económica esclareceram cerca de 84% da variação do valor da moeda durante o ano de 1993.

Por seu turno, a ocupação de zonas diamantíferas por tropas da UNITA, isoladamente (considerando os dados disponíveis, a partir de Julho de 1991), chega a esclarecer 25% da variação do valor da moeda.

Se considerarmos os dados disponíveis, pode dizer-se que as duas variáveis consideradas esclareceram 69% da variação do valor da moeda no mercado livre, no período de 1991-1993.

A mais importante das duas variáveis é, sem dúvida, a que se relaciona com as medidas de natureza económica tomadas pelo Governo.

E assim que, depois de controlada a outra variável independente, as medidas económicas tomadas pelo Governo esclareceram 45% da variação do valor da moeda, enquanto que a ocupação de zonas diamantíferas por tropas da UNITA esclareceu 29% da variação do valor da moeda.

E de prever, contudo, que as decisões de carácter financeiro e cambial tenham exercido uma influência maior que a indicada.

Se se considerar a emissão vazia de moeda durante o período considerado (que não foi tida em conta por não haver acesso a esses dados), é de prever que as medidas de natureza monetária e cambial tomadas pelo Governo - controlada a ocupação de zonas diamantíferas por tro-

pas da UNITA - esclareçam mais de metade da variação do valor da moeda.

Outros factores (como por exemplo, o retorno aos confrontos armados, as dificuldades de circulação de pessoas e mercadorias, e o montante disponibilizado pelo Estado para alimentar o mercado de taxas flutuantes) exerceram uma influência maior na variação do valor do NKZ.

Medida positiva

Nos anos 1992-1993, uma medida governamental considerada positiva (entrada em funcionamento de casas de câmbio, venda livre de divisas ou aproximação de taxas de câmbio em diferentes mercados) levou a uma valorização da moeda em NKZ 13.518,00, ao passo que uma medida considerada negativa (valorização da moeda em mercados oficiais) conduziu a uma desvalorização em NKZ 13.518,00.

O retorno ao método administrativo de fixação da taxa de câmbio oficial, emissão de notas com valor de 50 e 100 mil NKZ, e uma medida administrativa de grande afastamento da taxa oficial em relação à taxa livre, por seu turno, conduziram cada uma delas a uma desvalorização óptima do NKZ em NKZ 27.036,00. A ocupação de uma zona diamantífera por tropas da UNITA, por seu turno, conduziu a uma desvalorização da moeda estimada em cerca de Nkz. 3.498,00.

Por conseguinte, a ocupação das cinco zonas diamantíferas consideradas provocou uma desvalorização da moeda estimada em Nkz. 17.490,00, ou seja, em 35% menos que uma só medida económica com efeitos francamente negativos - entrada em circulação de notas com valor facial de 50 mil novos kwanzas, por exemplo.

Para terminar, é preciso dizer-se que em 1993, a taxa de inflação acumulada foi superior a 1.800%.

A correlação entre esta variável e o valor da moeda é da ordem dos 99%. Portanto, quanto menor o valor da moeda (ou maior a sua taxa de desvalorização), maior foi a taxa de inflação.

Paulo de Carvalho
em Luanda